

SINDÁGUA

Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Purificação e Distribuição de Água e em Serviços de Esgotos do Estado de Minas Gerais



PRIVATIZAÇÃO ASSOMBRA O SETOR DO SANEAMENTO

A temporada de golpes contra as conquistas sociais em nosso País caminha a passos largos para tratorar todos os avanços alcançados desde a Constituição de 1988 e principalmente durante os governos democráticos.

Temos muito que temer das propostas que são defendidas pela equipe do presidente que pulou da garupa para o poder da República e que programa uma privatização generalizada no País, a começar por serviços públicos essenciais para a população e que são, por enquanto, responsabilidade constitucional do Estado.

O saneamento é a bola da vez da investida da privatização, ameaçando seriamente um setor que se constitui em instrumento para a saúde pública.

Página 2



Copasa desmancha sua estrutura para aumentar lucro para acionistas

Na empresa faltam trabalhadores, faltam materiais, falta visão para aumentar os serviços e arrecadação é pensada como corte de gastos. É a política da miséria. **Página 4**

GREVE NACIONAL DIA 11 DE NOVEMBRO

Contra o desmanche das leis trabalhistas e dos direitos dos trabalhadores brasileiros

Vamos nos defender dos golpes em nossas conquistas!

Privatização do saneamento é ameaça para os trabalhadores

O SINDÁGUA participou da criação do Comando Nacional em Defesa do Saneamento e Meio Ambiente

Os trabalhadores no saneamento vivem grande ameaça após o “golpe parlamentar” para levar ao poder o entreguista de Michel Temer, que tenta impor aos governos estaduais a venda das empresas do setor como base para a renegociação das dívidas dos estados com a União.



Para traçar um plano de lutas contra mais essa sanha do golpismo, trabalhadores do saneamento e do meio ambiente de 16 estados e do Distrito Federal se reuniram no Rio de Janeiro, nos dias 18 e 19 de outubro, no

O desastroso projeto de privatização tomou corpo com a edição da MP 727, que instituiu o Programa de Parceria de Investimentos (PPI). Convertida na lei 13.334/2016, a MP reedita o Programa Nacional de Desestatização, que entregou grandes empresas estatais brasileiras, a preço de banana, ao capital privado, durante o governo de Fernando Henrique Cardoso.

O primeiro alvo do projeto de privatização na área de saneamento, via BNDES, é a CEDAE, do Rio de Janeiro, com aval do governo estadual. A proposta enfrenta forte resistência dos trabalhadores da empresa, que se opõem à mudança e já fizeram várias

manifestações. COSANPA (PA), EMBASA (BA), CAERD (RO) e CESAN (ES) também estão na lista da primeira fase da PPI.

O SINDÁGUA, firme defensor da universalização do saneamento, entende que é preciso unir os trabalhadores, fortalecer as empresas estaduais do setor e combater com vigor o ataque do governo neoliberal.

A privatização das empresas públicas representa aumento das tarifas, queda de qualidade e transferência aos acionistas de recursos que deveriam ser investidos na ampliação e melhoria dos serviços prestados à população.

“Encontro Nacional de Saneamento e Meio Ambiente”. Os trabalhadores repudiaram a redução dos investimentos e o sucateamento das empresas estaduais de saneamento, estratégias que serviriam de base para o processo de privatização.

Com o objetivo de impedir a entrega do saneamento à iniciativa privada, foi aprovada, no encontro, a criação do “Comando Nacional em Defesa do Saneamento e Meio Ambiente”, reunindo os sindicatos do setor, as centrais sindicais e as federações nacionais dos Urbanitários (FNU) e dos Trabalhadores em Energia, Água e Meio Ambiente (Fenatema).

Desmonte da Constituição começa com o congelamento de verbas da saúde e educação

Prioridade do governo de Michel Temer, a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 241, aprovada em dois turnos pela Câmara dos Deputados é mais um ataque aos direitos dos trabalhadores. Se passar pelo Senado, a PEC vai congelar por 20 anos os gastos públicos, que terão como limite a despesa do ano anterior corrigida pela inflação.

O projeto des-

trói a proteção social estabelecida na Constituição de 1988. Os cortes acontecerão sobre os serviços públicos essenciais à população. São verbas para Previdência, saúde, educação, assistência social, saneamento e habitação, entre outros.

De acordo com estudos do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos SocioEconômicos (Dieese), se a PEC 241 estivesse em vigor no período de 2002 a 2015, o governo federal teria investido 47% menos em educação (R\$ 377,7 bilhões a menos no período) e 27% a menos em saúde (R\$ 295,9 bilhões).

A PEC prevê também que os funcionários públicos poderão ter seus salários congelados. Até o salário mínimo pode ficar sem ganhos reais, com a revogação ou alteração da política de sua valorização.

Se a emenda à Constituição for aprovada, a população pagará o pato da dívida pública, e o governo não mexerá no dinheiro que vai parar nas mãos de

banqueiros e rentistas. Afinal, a proposta considera como passível de ajuste somente as despesas primárias, mantendo intocável o gasto com os juros da dívida. A Constituição estabelece o mínimo que deve ser aplicado em políticas públicas de saúde e educação, e essa obrigação cai por terra com a PEC.

O ajuste das contas públicas é um golpe nos direitos de trabalhadores e trabalhadoras. É o nosso futuro que está em jogo. Agora, o governo quer revogar políticas de distribuição de renda, como a valorização do salário mínimo, desmontar o Sistema Único de Saúde (SUS) e dificultar o acesso à aposentadoria.

Ainda que a economia cresça nos próximos 20 anos, os três níveis de governo (federal, estadual e municipal) não poderão ampliar os gastos em áreas sensíveis e desrespeitar o teto estabelecido pela emenda. Essa regra só poderá ser revista por iniciativa exclusiva do presidente da República após dez anos, em 2026.



Diretoria Plena reforça luta contra precarização do trabalho na Copasa

A Diretoria Plena do SINDÁGUA-MG, reunida nos dias 6 e 7 de outubro, voltou a repudiar a política de sucateamento da Copasa e a precarização que facilita o seu processo de privatização. Demonstramos nossa preocupação pelas articulações do Governo Temer para escancarar as portas das privatizações e acelerar o entreguismo justamente no setor de saneamento.

Na Copasa, a precarização das condições de trabalho atinge todos os núcleos, sistemas e distritos. Os problemas principais são a falta de mão de obra e de material, além da terceirização. Os problemas são antigos e a empresa precisa solucioná-los. Não é aceitável que os trabalhadores façam gambiarras para suprir a falta de material, equipamentos e mão de obra. Temos de trabalhar de acordo com as condições que nos são oferecidas. Se não houver material ou funcionário para executar uma função de forma eficaz, não devemos realizá-la. Só assim os problemas serão resolvidos e teremos uma empresa melhor e mais eficiente.

A política adotada atualmente na Copasa é de contenção de gastos, com preocupação estritamente financeira, esquema que dificulta a atividade do trabalhador e compromete a qualidade dos serviços prestados.

A empresa acumula lucros em 2016 à custa da redução do quadro de pessoal e de investimentos.



Jairo, secretário geral da CUT-MG, aborda a conjuntura de desmanche dos direitos



REVISÃO DO PCCS

O novo Plano de Cargos, Carreiras e Salários (PCCS) foi definido como prioridade máxima. A categoria está ansiosa para ver o resultado final dos trabalhos, prometido para 30 de dezembro, e entendemos que só é possível receber a aprovação dos trabalhadores com alguns pontos vitais: fim da política de porte nos salários; revisão da tabela salarial; promover trabalhadores em desvios de função; corrigir as avaliações de desempenho; estabelecer uma política de promoção por antiguidade e por progressão vertical e horizontal; reposição e criação de vagas para suprir a grande falta de mão de obra em todo o Estado.

A consultora Stela Fonseca deu explicações sobre os objetivos e alcance do PCCS, mas alertou que o novo plano não vai, necessariamente, atender a todas as demandas dos trabalhadores. Fernando Duarte, técnico do Dieese, fez questão de mostrar que os interesses dos trabalhadores e da empresa são distintos. Precisamos analisar criteriosamente as próximas fases do PCCS, principalmente na questão do porte e na caracterização e delimitação dos cargos e funções.

CONTSEMG

Ficou definida na reunião da Plena a realização do VII Contsemg (Congresso dos Trabalhadores em Saneamento de Minas Gerais), nos dias 24 a 26 de novembro, com o lema “Fortalecer a democracia e universalizar o saneamento público”. Informativo sobre o Congresso circulará nos próximos dias.

UNIDADE NACIONAL DE LUTA

Na abertura do encontro, o secretário-geral da CUT-MG, Jairo Nogueira Filho, debateu o atual cenário político e econômico, enfatizando as ameaças aos direitos trabalhistas e sociais. Afirmou que o momento exige reflexão, união da classe trabalhadora e definição de um plano de lutas contra a política neoliberal e entreguista do governo de Michel Temer.

Nesse sentido, a Diretoria Plena deliberou que participará ativamente da greve geral programada para o dia 11 de novembro e de outras manifestações. O objetivo é buscar a unidade e incentivar os trabalhadores e aposentados da Copasa, em todas as regiões do Estado, a reagirem e lutarem por seus direitos, que correm risco de ser roubados.

Sindicato abre negociações de Acordo Coletivo com a Copanor

Os trabalhadores na Copanor já iniciaram, com assembleias, a sua luta pelo Acordo Coletivo de Trabalho 2016/2017. A “Pauta de Reivindicações” aprovada foi entregue ao diretor presidente da subsidiária da Copasa, Alonso Reis da Silva, no dia 13 de novembro.

Os principais pontos destacados pelos trabalhadores nas reivindicações são a correção salarial pelo INPC; ganho real com base no crescimento vegetativo; cesta básica do IBGE – região de Belo Horizonte, e participação nos Conselhos Administrativo e Fiscal – eleito pelos trabalhadores sobre a coordenação do SINDÁGUA, conforme determina a lei de criação da Copanor.

Na reunião, o presidente da Copanor



afirmou que a empresa vive uma nova fase, com o pagamento das dívidas e retomada das 27 obras que estavam paralisadas. A Copasa autorizou o aumento de capital da subsidiária de R\$ 1,00 para R\$ 80 milhões – já foram integralizados R\$ 57 milhões.

O primeiro aporte foi de R\$ 30 milhões.

Desse total, R\$ 22 milhões foram destinados ao pagamento do mútuo (contrato antigo da Copanor com a Copasa) e de dívidas com bancos. Os R\$ 8 milhões restantes serão investidos pela subsidiária em equipamentos e na contratação de mão de obra. Das 58 vagas autorizadas, 29 já foram preenchidas.

A seguir, o Conselho de Administração da Copasa autorizou o aporte de mais R\$ 27 milhões à Copanor. Esses recursos, originários dos dividendos dos lucros dos dois primeiros trimestres de 2016 que seriam repassados ao Estado, serão usados para quitar as dívidas com empreiteiras e garantir a retomada das 27 obras que estavam paralisadas por falta de pagamento. A meta é concluí-las até junho de 2017.

O banheiro é o retrato da Copasa em Nova Lima

Não tem jeito mesmo! Por onde a gente anda na Copasa o retrato do sucateamento da empresa é o mesmo. Em Nova Lima, numa visita de diretores do SINDÁGUA, as condições de trabalho encontradas são vergonhosas e as reclamações dos trabalhadores apresentam um clima interno muito ruim. A ideia dominante é a de que a Copasa está fazendo caixa com a precarização das condições de trabalho, economizando com sua estrutura funcional para gerar um lucro que não é definitivamente de expansão de serviços.

FALTAM CONDIÇÕES BÁSICAS

“O banheiro não tem condições de uso. Os trabalhadores são obrigados a trocar de roupa em um cubículo estreito. No pátio, caminhões quebrados e caindo aos pedaços estão parados há mais de três meses. A mão de obra e o material necessário para o desempenho das atividades são insuficientes. Essas imagens mostram com clareza as péssimas condições de trabalho existentes no escritório da Copasa em Nova Lima, reflexo do abandono e da redução do quadro de pessoal da empresa.” Este desabafo de um trabalhador é a síntese exata dessa precariedade. O trabalhador diz mais: “A situação está muito difícil, é péssima. Não tem equipamento, não tem veículo, não tem funcionário. Vários gerentes já passaram por Nova Lima, mas nada mudou. O que cobramos é a melhoria das condições de trabalho. Não só para Nova Lima, mas para todas as unidades da empresa”.



A Divisão de Nova Lima tem hoje 38 trabalhadores, e a Copasa arrecada cerca de R\$ 3 milhões por mês com a distribuição de água tratada no município. Os resultados são obtidos apenas porque os trabalhadores precisam se desdobrar, com uma sobrecarga gigantesca de trabalho para manter a qualidade dos serviços prestados pela empresa. “Apesar de todas as dificuldades, mantemos o foco, que deve ser o usuário, pois água tratada é essencial à saúde pública, e a cidade vem registrando crescimento na demanda por atendimento. Mas a situação vai se tornando insustentável. Dos 12 veículos a serviço do escritório, seis estão sucateados e parados no pátio, à espera de conserto”, demonstra o trabalhador.

SUCATEAMENTO PARA FACILITAR A TERCEIRIZAÇÃO

Com o abandono causado pelo sucateamento de unidades e irresponsabilidade dos gestores da empresa, os trabalhadores desempenham suas atividades em condições precárias, enfrentando todo tipo de dificuldades, sendo obrigados a fazer gambiarras em

equipamentos para cumprir as tarefas.

Outro trabalhador reclama de desvio de função, prática comum nas unidades da Copasa, e se sente desvalorizado por não conseguir promoção. Há anos na empresa e em Nova Lima, diz que sempre exerce outras funções quando um colega de trabalho está de folga ou de férias. “Se falta um, eu vou para o seu lugar; se falta outro, eu sou o substituto. Mas nunca sou promovido. Então considero que não sou valorizado. A empresa diz que não tem dinheiro para me remanejar”.

O escritório de Nova Lima já não conta com serventes – a maior parte do serviço está sendo executada por empresa terceirizada. O SINDÁGUA critica constantemente o sucateamento imposto pela política de redução de investimentos e de mão de obra praticada atualmente pela Copasa. Denunciamos inúmeras vezes que o problema é de gestão. A empresa tem dinheiro em caixa, mas não está investindo o necessário para melhorar as condições de trabalho e manter a qualidade do serviço prestado.

